opinião

opiniao@jornaldocomercio.com.br

/ PALAVRA DO LEITOR

Casa X

O fechamento da Casa X, tradicional loja de tecidos, é mais uma perda no Centro Histórico de Porto Alegre (Começo de Conversa, 14/04/2025). Eu antigamente comprava tecidos para fazer roupas de religião nessa loja. Com o tempo começou a ficar muito cara e também apareceram novas lojas - mais baratas e especializadas em tecidos para roupas de religião. *(Anderson De Melo Saraiva)*

Começo de Conversa

O último suspiro de uma tradição

Gastos públicos improdutivos

Na ânsia de apresentarem obras e benefícios a grupos, os governos pensam só em aumentar a arrecadação (evidentemente à custa dos contribuintes). É raro tomarem medidas de vulto para a redução dos gastos com a pesada máquina oficial. Porém, há muitas áreas onde isso é possível e fácil, por exemplo, reduzir o número de municípios, muitos dependendo de verbas federais e estaduais só para quitarem a sua folha de pagamento e sem um centavo para melhorarem a vida da população. Vários países já agruparam municípios e distritos. Outros gastos improdutivos, são os com os segundos turnos em eleições. Há dezenas de mais exemplos a apontar. *(Adelino Soares, Auditor Fiscal)*

Dmae

Na primeira quinzena de fevereiro solicitei por esta coluna ao Dmae o conserto de toda extensão da calçada frontal deste órgão na rua 24 de outubro, que se encontra em péssimo estado de conservação e que provoca vários acidentes nas centenas de pessoas que ali transitam diariamente. Até agora nada aconteceu, passados 60 dias, será que a Administração do Dmae não transita por este local clássico da cidade ou só anda de helicóptero? Aguardamos para breve uma solução, e que tenham mais respeito com a cidade. Será que o tratamento da água fornecida à cidade segue este mesmo padrão de atendimento. *(Adriano Ramos)*

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

Aos anunciantes e agências de publicidade

Alteração de horário de fechamento

Face aos feriados da Sexta-feira da Paixão e de Tiradentes em 18 e 21 de abril, a edição do dia 18 será conjunta com a do dia 17 de abril, com o fechamento comercial às 17h do dia 16 de abril.

A edição do dia 22 de abril de 2025 circulará normalmente, com o fechamento comercial às 17h do dia 17 de abril.

Diretoria Comercial

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

/ ARTIGOS

Quando o CEO muda o tempo todo

Felipe Ribeiro

Há algo que vem ganhando destaque nos bastidores das grandes organizações: a alta rotatividade de CEOs. Por incrível que pareça, esse movimento não é apenas um indicador de instabilidade, mas um sintoma das profundas transformações que o mercado corporativo enfrenta. Segundo um relatório da Challenger, Gray & Christmas, Inc., em 2024, 1.991 CEOs deixaram seus cargos nos Estados Unidos - o maior número registrado desde 2002.

Os motivos por trás dessas substituições são variados e, muitas vezes, inesperados. Por exemplo, 551 CEOs renunciaram voluntariamente, enquanto outros 496 casos não tiveram razões declaradas. A aposentadoria também aparece como uma causa significativa, com 445 saídas no ano. Mas algo que realmente chama a atenção é o aumento no uso de lideranças interinas: 13% de todas as substituições em 2024 foram interinas, um salto considerável em comparação aos 7% do ano anterior. Isso reflete o quanto as empresas estão experimentando alternativas antes de se comprometerem com uma escolha definitiva.

Em termos de impactos para a cultura e estratégia organizacional, na prática, a alta rotatividade de CEOs traz desafios significativos. Internamente, ela pode sinalizar desalinhamento entre o CEO e o conselho ou até mesmo dificuldades em implementar mudanças culturais. Externamente, as pressões por resultados rápidos e a necessidade de liderar em um contexto de transformação digital e ESG estão entre as maiores dificuldades. Não é à toa que o setor público e instituições sem fins lucrativos lideraram as transições em 2024, com 438 e 208 saídas, respectivamente. Esses números, de certa forma, nos levam a refletir sobre como as companhias estão equilibrando a necessidade de adaptação com a busca por estabilidade.

> Cada troca de liderança representa mais do que uma mudança no organograma

O que não podemos ignorar é o impacto dessas mudanças. Cada troca de liderança representa mais do que uma mudança no organograma - é uma pausa na estratégia, uma quebra no ritmo de inovação e, muitas vezes, uma fonte de incerteza para investidores e colaboradores. Empresas que não conseguem manter uma liderança consistente pagam um preço alto: desengajamento, perda de confiança e um retrocesso em relação aos seus concorrentes.

Sócio da Evermonte Executive Search

O Plano Safra e os riscos do cenário fiscal

Guilherme das Neves Medeiros

O recente aumento da taxa Selic para 14,25% ao ano, decidido pelo Copom em março, coloca em xeque a viabilidade do Plano Safra 2025/2026. Apesar do anúncio de um plano "recorde", o governo enfrenta um dilema: como conciliar juros acessíveis com um orçamento limitado para subsidiar o crédito rural?

> Como conciliar juros acessíveis com orçamento limitado para subsidiar o crédito rural?

A Constituição Federal, em seu art. 187, estabelece o crédito rural como política agrícola essencial ao desenvolvimento do meio rural. Leis como o Estatuto da Terra e a Lei nº 4.829/1965 reforçam esse dever do Estado, especialmente com foco nos pequenos e médios produtores. No entanto, o Projeto de Lei Orçamentária para 2025 mantém o teto de R$ 15,03 bilhões para equalização de juros, valor insuficiente diante da nova Selic.

O resultado é um impasse: ou teremos crédito com taxas elevadas, inacessíveis para muitos, ou juros mais baixos, porém, com oferta restrita – ambos cenários distantes da função social esperada do Plano Safra.

Além disso, o atual modelo de financiamento é excessivamente dependente do crédito público e carece de mecanismos modernos de mitigação de risco. Sem seguro rural eficaz, incentivos fiscais e maior participação do setor privado, o sistema segue instável. Especialistas alertam que, nesse contexto, os produtores mais vulneráveis são os mais penalizados.

Algumas soluções estão em debate, como isenção de IOF para o setor, criação de garantias de primeira perda e ampliação do uso de fundos garantidores. Todas são legalmente viáveis, mas dependem de articulação entre governo, bancos e Congresso.

O desafio se agrava com os altos custos de produção, o aumento da inadimplência e eventos climáticos extremos, que colocam em risco a sustentabilidade da produção e elevam os pedidos de renegociação de dívidas, como previsto no Manual de Crédito Rural.

Mais do que cifras anunciadas, o Plano Safra 2025/2026 exige uma estrutura jurídica sólida, planejamento fiscal coerente e visão agrarista. Sem isso, corre o risco de aprofundar desigualdades e falhar com quem mais precisa: o produtor rural que sustenta o País.

Especialista em Direito Agrário aplicado ao agronegócio e vice-presidente da Comissão de Crédito Rural e Financiamento Privado da UBAU

Leia o artigo "A transformação sustentável do plástico", de Simone Carvalho, em **www.jornaldocomercio.com**